
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0023746023/2024 - SES.UUE**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Trata-se de processo de contratação para de **Atendimento Pré-Hospitalar Móvel no município de Joinville**, código SIGTAP/SUS 03.01.03.006-5, devido a necessidade de adequação dos credenciamentos para a nova lei de licitações, faz-se necessária a publicação de um novo Edital.

Atualmente, encontra-se vigente contrato oriundo do processo de **Credenciamento nº 440/2022**, Termo de Contrato nº **385/2023**, que versa sobre o Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Salvamento e Resgate (03.01.03.006-5).

O Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (APHM) refere-se aos serviços de socorro e assistência médica prestados a pacientes em situações de emergência antes de sua chegada ao hospital. Geralmente, envolve equipes de socorristas ou paramédicos que respondem a chamados de emergência, oferecendo cuidados médicos básicos, estabilização e transporte seguro para a unidade de saúde mais apropriada. O atendimento pré-hospitalar móvel desempenha um papel crucial na prestação de assistência rápida e eficaz a pessoas que enfrentam emergências médicas.

No Brasil, o atendimento pré-hospitalar móvel é regulamentado pela Resolução 429/2012 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Essa resolução estabelece os requisitos técnicos para a prestação desse serviço, incluindo normas para a identificação visual dos veículos de urgência, capacitação dos profissionais envolvidos e a sinalização durante o transporte de pacientes. Além disso, as equipes de atendimento pré-hospitalar móvel também devem atender às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

De acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) tem como objetivo chegar precocemente à vítima após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo à morte. São urgências situações de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras.

O Ministério da Saúde vem concentrando esforços no sentido de implementar a Política Nacional de Atenção às Urgências, da qual o SAMU 192 é componente fundamental. Tal Política prioriza os princípios do SUS, com ênfase na construção de redes de atenção integral às urgências regionalizadas e hierarquizadas que permitam a organização da atenção, com o objetivo de garantir a universalidade do acesso, a equidade na alocação de recursos e a integralidade na atenção prestada.

Considerando a PORTARIA N° 1864/GM, EM 29 DE SETEMBRO DE 2003, que institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU- 192;

Considerando o quadro brasileiro de morbimortalidade relativo às urgências, inclusive as relacionadas ao trauma e à violência, contempladas no Anexo da Portaria nº 737/GM, de 16 de maio de 2001 - Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências.

Considerando a competência do Ministério da Saúde em estimular a implantação de serviços de saúde responsáveis pelo atendimento pré-hospitalar móvel no País;

Considerando que o município de Joinville possui uma população estimada pelo IBGE de 616.317 pessoas, sendo a maior cidade do estado de Santa Catarina, [IBGE](#), que atualmente conta com duas UPAs (UPA Aventureiro ou Leste e UPA Sul), um Pronto Atendimento (PA Costa e Silva ou Norte) e o SAMU, o qual é composto por quatro Unidades de suporte básico de vida terrestre (USB).

Considerando ainda o crescimento da demanda por serviços que necessitam de atendimento pré-hospitalar móvel nos últimos anos devido ao aumento do número de acidentes, da violência urbana e a insuficiente estruturação da rede assistencial, que têm contribuído decisivamente para a sobrecarga dos serviços de Urgência e Emergência disponibilizados para o atendimento da população e ainda tendo consciência de que o atendimento pré-hospitalar salva vidas em casos de urgência e emergência, sendo o tempo para esse atendimento determinante no prognóstico destes pacientes.

Segue em anexo a manifestação 0019923129 favorável da Central de Regulação Médicas das Urgências da Regional Norte/Nordeste no que se refere a autorização do Estado de Santa Catarina para que prestadores de serviço privados, tantos quantos forem credenciados pelo Município, em razão da universalidade do Credenciamento, integrem a Central de Regulação Médica das Urgências

Baseado em todos os itens acima elencados, o município de Joinville necessita de suporte complementar para atender com maior eficiência, segurança e resolutividade a população que necessita de atendimentos pré-hospitalares de urgência e emergência.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O Plano de Contratações Anuais foi dispensado por meio do Decreto no 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa no 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024, porém, até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não divulgou o Plano de Contratações Anual do exercício de 2024. Registra-se que a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2024.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.2 - Descrição do produto a ser adquirido/serviços a ser prestado:

3.2.1 - Os serviços serão executados conforme a demanda;

3.2.2 - A CONTRATADA deverá atender a toda população, sem distinção;

3.2.3 - Todos os atendimentos deverão ser registrados no BPA Magnético do Ministério da Saúde;

3.2.4 - Serão habilitadas empresas que ofereçam no mínimo de 720 horas mensais, sendo distribuídas em 168 horas semanais (7 dias);

3.2.5 - Havendo mais de um prestador contratado, a distribuição da demanda será realizada de maneira igualitária, respeitando-se a capacidade instalada.

3.2.6 - Os serviços deverão ser prestados aos usuários no município de Joinville conforme acionamento das Unidades de Resgate contratadas e/ou Central de Regulação das Urgências.

3.3 Possuir equipe mínima de:

3.3.1 - Escala de no mínimo 2 (dois) profissionais, sendo um deles com formação em Técnico de enfermagem e/ou Auxiliar de enfermagem (CBO 322230) e outro Condutor de veículo de emergência socorrista (CBO 515135). Sendo esta 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

3.3.2 - A escala deverá contemplar 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

3.3.3 - Responsável Técnico com registro no Conselho Regional de Enfermagem, inscrito e regular.

3.3.4 - Equipe de apoio suficiente para atender ao objeto do credenciamento durante 24 horas/dia, durante todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, levando-se em consideração as regulamentações em vigor e a especificidade do procedimento contratado.

3.4 - Quanto ao rodízio na prestação do serviço se mais que uma empresa CONTRATADA:

Visando garantir a igualdade de condições entre as empresas contratadas, bem como estabelecer um procedimento adequado de rodízio, será adotada a seguinte metodologia:

3.4.1 - Todas as empresas contratadas terão oportunidades iguais na prestação do serviço, o rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo a primeira CONTRATADA, a primeira a prestar os serviços e assim sucessivamente;

3.4.2 - Caso ocorra a homologação de mais de uma contratada na mesma data, estes serão ordenados cronologicamente daquela que primeiro apresentou os documentos, considerando a data/hora registrada no envio do e-mail;

3.4.3 - As novas CONTRATADAS passarão a integrar o sistema de rodízio como últimos da lista de espera, ainda que as demais CONTRATADAS já tenham prestado serviço alguma vez;

3.4.4 - O limite mínimo de horas a serem disponibilizados pela contratada a cada etapa do sistema de rodízio será definido de acordo com a capacidade instalada da empresa, sendo para cada ambulância contratada disponibilizada 24 horas dia. Cada etapa do sistema de rodízio será de 720 horas mensais e ao atingir o referido limite, será convocada a próxima credenciada da fila para a realização dos serviços, e assim, sucessivamente.

- Estimativa da capacidade mínima instalada:

Para estimativa da capacidade instalada, considera-se 1 atendimento a cada 90 min. por ambulância, obtendo-se: 16 possíveis atendimentos por dia

3.4.5 - Todas as empresas contratadas serão escaladas para atendimento diurno e noturno, incluindo finais de semanas e feriados, determinadas pela unidade gestora do contrato;

3.4.6 - As escalas de trabalho deverão contemplar o período de 24h, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, não excedendo 24h consecutivas executadas pelo mesmo profissional.

3.4.7 - Deverá ser entregue está estimativa de acordo com Item 15 - ANEXO I - ANEXO - PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA (PFO).

3.5 - Quanto ao recebimento do objeto do contrato:

3.5.1 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do serviço;

3.5.2 - Os itens serão recebidos:

3.5.2.1 - O recebimento ocorrerá após análise de relatório de serviços executados emitido pela CONTRATADA até o dia 10 de cada mês e encaminhadas para Comissão de Fiscalização para o e-mail indicado pela CONTRATANTE.

3.5.2.2- Caberá durante a contratação, à CAF a verificação do cumprimento por parte CONTRATADA em manter todas as condições contratuais quando da assinatura do Termo de Contrato (ou documento equivalente), durante todo o seu período de execução;

3.5.2.3 - Procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da CONTRATADA manter todas as condições contratuais:

a) Através de solicitação formal junto à(s) CONTRATADA(S) e posterior conferência da documentação apresentada(s) pela(s) CONTRATADA(S) durante a execução da contratação, se esta mantém todas as condições de habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica (no que couber), das demais disposições contratuais, técnicas e legais prevista na contratação;

b) Realização de verificações *in loco*, de visitas técnicas e inspeções para verificar a qualidade dos serviços de acordo com o previsto no Termo de Referência e demais anexos (quando aplicável);

c) Solicitação formal e/ou verificações *in loco* de comprovação do cumprimento das demais condições ou documentos exigidos (conforme o caso) na contratação, além dos previstos nos subitens anteriores, quando aplicável.

3.5.3 - A remuneração dos serviços será conforme quadro abaixo:

SIGTAP/SUS	Código	Descrição SIGTAP/SUS	Unitário	Valor
	0301030065	ATENDIMENTO PRE-DE HOSPITALAR MOVEL SALVAMENTO E RESGATE	19,81	R\$

3.5.4 - Não será permitida a subcontratação do objeto do contrato.

3.6 - Equipamentos e outros:

3.6.1 - Ambulância de Resgate e Suporte Básico, em consonância com as exigências da Portaria MS/GM Nº 2048, de 5 de novembro de 2002, conforme roteiro de visita técnica.

3.6.2 - Relação nominal dos profissionais que atuarão no objeto do edital com a respectiva carga horária semanal e titulação. Os demais dados de recursos humanos serão considerados os contidos no CNES (ITEM 15 - ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL).

3.6.3 - Declaração de Aceitação dos Preços, conforme anexo (ANEXO II-DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS).

3.7 - Frequência e periodicidade da execução dos serviços:

3.7.1- Frequência: diária, 24 horas ininterruptas;

3.7.2 - O serviço deverá ser realizado de forma contínua, durante todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

3.7.3 - Os serviços serão executados conforme a demanda da CONTRATANTE e a capacidade de atendimento instalada.

3.8 - Cronograma de execução dos serviços:

3.8.1 – A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços, em todos os seus termos, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.

3.8.2 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.

3.8.3 - A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.8.4 - O prazo de vigência contratual será de 26 (vinte e seis) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3.9 -Local de execução dos serviços:

3.9.1 – Os serviços deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e de todas as normas regulamentadoras em vigor, com sede no município de Joinville/SC e equipados para prestar o serviço objeto deste documento.

3.9.2 - Os serviços deverão ser prestados aos usuários no município de Joinville conforme

acionamento das Unidades de Resgate contratadas e/ou Central de Regulação das Urgências.

3.9.3 - A remuneração dos serviços será conforme os valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP).

3.9.4 - O reajuste será concedido na mesma proporção em que houver sido atualizada a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, após a publicação no Diário Oficial da União. Não serão concedidos reajustes anuais.

3.9.4.1 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os contratados, independente da data de assinatura do contrato.

3.9.4.2 - Serão habilitadas empresas que ofereçam no mínimo de 840 horas mensais, sendo distribuídas em 168 horas semanais.

3.10 - Gestão do Contrato:

3.10.1 - A gestão do contrato será realizada pela área de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal da Saúde - gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, senda a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado a Lei nº 14.133/2021.

3.10.2 - O ordenador da despesa será o Fundo Municipal de Saúde - FMS.

3.11 - Obrigações da CONTRATADA :

3.11.1 - A CONTRATADA deverá possuir recursos humanos e equipamentos adequados ao salvamento, resgate e suporte básico, a ser realizado por profissionais habilitados para resgate e salvamento de vítimas em situação de risco e/ou difícil acesso, além de prestar primeiros socorros, como desobstrução de vias aéreas superiores (manual e/ou com aspirador).

3.11.2 - Deverá dispor de no mínimo 01 (um) computador contendo navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox para atualização do sistema descentralizado BPA Magnético do Ministério da Saúde.

3.11.3 - A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente o arquivo contendo a produção BPA para a Secretaria da Saúde.

3.11.4 - O envio do BPA deverá ser até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente aos atendimentos realizados, acompanhado dos registros de atendimento para conferência.

3.11.5 - Eventuais inconsistências (erros e/ou bloqueios) no arquivo de produção deverão ser sanadas pela CONTRATADA em até 02 (dois) dias úteis.

3.11.6 - A CONTRATADA será responsável pela fidedignidade das informações encaminhadas no arquivo de produção BPA.

3.11.7 - A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aos atendimentos realizados as fichas de atendimento.

3.11.8 - A CONTRATADA será responsável pela manutenção dos equipamentos necessários, bem como pelos custos dos materiais utilizados no atendimento do usuário.

3.11.9 - A CONTRATADA obriga-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios e indicadores de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente os serviços prestados.

3.11.10 - A CONTRATADA deverá manter atualizados na Secretaria Municipal da Saúde os dados e requisitos exigidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e/ou outros sistemas de informações pertinentes no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS que venham a ser normatizados e implementados.

3.11.11 - A CONTRATADA deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01/2017, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

3.11.12 - A CONTRATADA deverá afixar aviso, às suas expensas, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, constando a gratuidade dos serviços prestados, nessa condição, aos usuários.

3.11.13 - A CONTRATADA deverá observar e cumprir os protocolos da CONTRATANTE e submeter-se às normas e rotinas da Central de Regulação das Urgências.

3.11.14 - A CONTRATADA deverá submeter-se às avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde - PNASS, bem como, deverá atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH, instituídos pelo Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde.

3.11.15 - A CONTRATADA se submeterá à fiscalização dos serviços de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal da Saúde em consonância e obediência ao previsto nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, no Decreto Federal nº 1.651 de 28/09/95, na Lei Municipal nº 3.584 de 03/11/97 e no Decreto Municipal nº 8.865 de 17/11/98.

3.11.16 - A CONTRATADA deverá justificar e comunicar com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, por escrito, ao fiscal do Contrato designado Área de Urgência e Emergência, quando da impossibilidade temporária ou redução da oferta de serviços, salvo nas situações de infortúnio, cujo comunicado deverá ser imediato.

3.11.17 – Em caso de alteração definitiva da capacidade instalada e/ou da oferta do serviço, a CONTRATADA deverá informar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis por meio de comunicação oficial devidamente assinada e protocolada ao fiscal do contrato designado da Área de Urgência e Emergência para que seja realizada a devida alteração contratual e/ou demais ajustes necessários.

3.11.18 – A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social, controle acionário, mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto, alterações de endereço e telefone, imediatamente após as alterações efetuadas.

3.11.19 – Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá cobrar do usuário ou seu representante ou da CONTRATANTE qualquer importância adicional ou complementação dos valores referentes à assistência dos serviços prestados.

3.11.20 - A CONTRATADA obrigará-se a aceitar os acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

3.11.21 – A CONTRATADA deverá atender aos usuários, obedecendo a Programação Físico-Orçamentária estabelecida e o agendamento realizado pela CONTRATANTE.

3.11.22 – A Programação Físico-Orçamentária poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê, a inclusão de novos credenciados.

3.11.23 – A CONTRATADA deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no credenciamento.

3.11.24 – Todas as despesas necessárias à execução do objeto deste termo correrão por conta da CONTRATADA.

3.11.25 – A CONTRATADA deverá estar de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

3.11.26 – A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

3.11.27 – A CONTRATADA responsabiliza-se por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

3.11.28 – A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas do Contrato, e demais documentos técnicos fornecidos.

3.11.29 – A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.

3.11.30 – A CONTRATADA deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à realização do objeto, de acordo com o disposto no Contrato.

3.11.31 – A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações e especificações dispostas no Termo de Referência.

3.11.32 – A CONTRATADA deverá prestar a totalidade dos procedimentos que tiver capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CONTRATANTE.

3.11.33 – A capacidade técnica instalada será definida por meio de visita técnica realizada pela CONTRATANTE.

3.11.34– A CONTRATADA deverá manter atualizados na Secretaria Municipal da Saúde os dados e requisitos exigidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e/ou outros sistemas de informações pertinentes no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS que venham a ser normatizados e implementados.

3.11.35 – A CONTRATADA deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01/2017, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

3.11.36 – A CONTRATADA deverá afixar aviso, às suas expensas, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, constando a gratuidade dos serviços prestados, nessa condição, aos usuários.

3.11.37 – A CONTRATADA deverá observar e cumprir os protocolos da CONTRATANTE e submeter-se às normas e rotinas da Central de Regulação das Urgências.

3.11.38 – A CONTRATADA deverá submeter-se às avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS, bem como, deverá atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH, instituídos pelo Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde.

3.11.39 – A CONTRATADA se submeterá à fiscalização dos serviços de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal da Saúde em consonância e obediência ao previsto nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, no Decreto Federal nº 1.651 de 28/09/95, na Lei Municipal nº 3.584 de 03/11/97 e no Decreto Municipal nº 8.865 de 17/11/98.

3.11.40 – A CONTRATADA deverá justificar e comunicar com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, por escrito, ao fiscal do Contrato designado Área de Urgência e Emergência, quando da impossibilidade temporária ou redução da oferta de serviços, salvo nas situações de infortúnio, cujo comunicado deverá ser imediato.

3.11.41 – Em caso de alteração definitiva da capacidade instalada e/ou da oferta do serviço, a CONTRATADA deverá informar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis por meio de comunicação oficial devidamente assinada e protocolada ao fiscal do contrato designado da Área de Urgência e Emergência para que seja realizada a devida alteração contratual e/ou demais ajustes necessários.

3.11.42 – A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social, controle acionário, mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto, alterações de endereço e telefone, imediatamente após as alterações efetuadas.

3.11.43 – Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá cobrar do usuário ou seu representante ou da CONTRATANTE qualquer importância adicional ou complementação dos valores referentes à assistência dos serviços prestados.

3.11.44 - A CONTRATADA obrigará-se a aceitar os acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

3.11.45 – A CONTRATADA deverá atender aos usuários, obedecendo a Programação Físico-Orçamentária estabelecida e o acionamento de resgate.

3.11.46 – A Programação Físico-Orçamentária poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê, a inclusão de novos credenciados.

3.11.47 – A CONTRATADA deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no credenciamento.

3.11.48 – Todas as despesas necessárias à execução do objeto deste termo correrão por conta da CONTRATADA.

3.11.49 – A CONTRATADA deverá estar de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

3.11.50 – A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

3.11.51 – A CONTRATADA responsabiliza-se por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

3.11.52 – A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas do Contrato, e demais documentos técnicos fornecidos.

3.11.53 – A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.

3.11.54 – A CONTRATADA deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à realização do objeto, de acordo com o disposto no Contrato.

3.11.55 – A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações e especificações dispostas no Termo de Referência.

3.11.56 – A CONTRATADA deverá prestar a totalidade dos procedimentos que tiver capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CONTRATANTE.

3.11.57 – A capacidade técnica instalada será definida por meio de visita técnica realizada pela CONTRATANTE.

3.11.58 - A CONTRATADA deverá fornecer anualmente a Gerência de Urgência e Emergência, um Termo de Sigilo e Confidencialidade das informações provenientes da CONTRATANTE, assinado pelo profissional responsável pelo serviço da CONTRATADA. A CONTRATADA responderá legalmente pela inobservância desta cláusula, inclusive após o término do contrato.

3.11.59 - A CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso de Confidencialidade contido no Item 15, anexo VI deste documento.

3.12 - Obrigações da CONTRATADA específicas do Objeto:

3.12.1 - A CONTRATADA deverá participar dos planos de organização de socorros em caso de desastres ou eventos com múltiplas vítimas, tipo acidente aéreo, ferroviário, inundações, terremotos, explosões, intoxicações coletivas, acidentes químicos ou de radiações ionizantes, e demais situações de catástrofes.

3.12.2 - A CONTRATADA deverá prover banco de dados e estatísticas atualizados no que diz respeito a atendimentos de urgência.

3.12.3 - A CONTRATADA deverá realizar relatórios, conforme solicitado, sobre os atendimentos de urgência.

3.12.4 - A CONTRATADA deverá participar da educação sanitária, proporcionando cursos de primeiros socorros à comunidade e de suporte básico de vida aos serviços e organizações que atuam em urgências.

3.12.5 - A CONTRATADA deverá cumprir os protocolos técnicos de atendimento estabelecidos pelo Ministério da Saúde e gestores do SUS.

3.12.6 - A Contratada deverá cumprir as normas referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.

3.12.7 - As despesas com seguro, manutenções preventivas e corretivas dos veículos (inclusive os itens com desgaste pelo uso, ex: pneus), substituição dos veículos em caso de falhas, sinistros (abaloamento e furto) ou da cláusula anterior, licenciamentos, emplacamentos, recolhimento de IPVA, Seguro Obrigatório serão a cargo da Contratada.

3.13 - Obrigações da CONTRATANTE Específicas do Objeto:

3.13.1 – A CONTRATANTE deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços bem como os relatórios apresentados.

3.13.2 – A CONTRATANTE deverá efetuar visitas técnicas nas instalações dos prestadores para conferir o cumprimento dos requisitos do Credenciamento assim como para certificar o cumprimento dos requisitos do Contrato, conforme Item 15 - anexo V - Roteiro de Visita Técnica.

3.13.3 – A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento, pelos serviços prestados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências.

3.13.4 – A CONTRATANTE deverá prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitadas pelos funcionários da CONTRATADA.

3.13.5 – A CONTRATANTE deverá cumprir e fazer cumprir as disposições deste CONTRATO.

3.13.6 – A CONTRATANTE deverá intervir no objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma do contrato visando proteger o interesse público.

3.13.7 – A CONTRATANTE deverá estabelecer mecanismos de controle de cumprimento dos serviços pelo CONTRATADO.

3.13.8 – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.13.9 – A CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço fornecido.

3.13.9.1 – A CONTRATANTE estabelecerá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, para que a CONTRATADA apresente esclarecimentos e laudos provenientes destas falhas e respectivas medidas corretivas.

3.13.10.- A CONTRATANTE realizará visitas às instalações dos serviços interessados visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições de atendimento, capacidade instalada, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico, em consonância aos critérios exigidos na legislação e itens elencados no edital.

3.13.10.1 – A capacidade instalada será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, o número de equipamentos, o tempo de atendimento proposto pelo prestador, a duração do procedimento preconizada ou estimada pelo Ministério da Saúde, Associação/Colégio de Especialidade, Órgão de Classe e/ou literatura.

3.13.10.2 – A visita técnica será realizada seguindo roteiro, conforme anexo V - Roteiro de Visita Técnica, acompanhada por um profissional técnico podendo ser Técnico em Enfermagem, Enfermeiro ou Médico.

3.13.10.3 – Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas neste credenciamento.

3.14 - Condições Gerais (se Houver):

3.14.1 – Comprovante de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES da unidade.

3.14.2 – Relação nominal dos profissionais que atuarão no objeto contratado com a respectiva carga horária e titulação (registro de qualificação de especialista, quando for o caso). Os demais dados de recursos humanos serão considerados os contidos no CNES.

3.14.3 – Comprovante de inscrição da unidade (Declaração de Regularidade de Funcionamento) no Conselho Regional de Enfermagem, e dos profissionais no respectivo órgão de classe da jurisdição, cuja situação deverá estar ativa e regular.

3.14.4 – Alvará Sanitário, atualizado e compatível de cada ambulância a ser contratada e do estabelecimento.

3.14.4.1- Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

3.14.5 - Atestado de Capacidade Técnica, de prestação de serviço compatível com o objeto da contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.14.6 - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES de cada ambulância a ser contratada.

3.14.7 - Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de

3.15 - Das sanções:

No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

3.16 - Descredenciamento

3.16.1 - Constituem motivos para descredenciamento o não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições constantes no edital, bem como os motivos previstos na legislação vigente.

3.16.2 - O credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento, a juízo da conveniência e oportunidade da CONTRATANTE, por motivos plenamente justificáveis, dentro do eminente interesse público ou a pedido da CONTRATADA, que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foram obtidas, de modo geral, considerando-se o relatório de acompanhamento físico e financeiro da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

4.2 - Para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes, realizado o levantamento junto as unidades contempladas na contratação;

4.3 - A quantidade estimada está demonstrada no quadro abaixo:

PROCEDIMENTO	2022	2023	+ 100%	MÉDIA	ANO	TOTAL
0301030065 ATENDIMENTO PRE- HOSPITALAR MOVEL DE SALVAMENTO E RESGATE	7742	5074		12816		12816
<div>[Opções] DEF=M:\SAUDE\Sistemas\Tabwin\SIA\Produção Ambulatorial.def PATH=DADOS\PA*.DBC Linha=Procedimento[2008+ Coluna=Ano de Processamen Incremento=Frequência Suprime_Linhas_Zeradas=true Suprime_Colunas_Zeradas=true Não_Classificados=0 [Seleções_Ativas] Procedimento[2008+: 0301030065 ATENDIMENTO PRE-HOSPITALAR MOVEL DE SALVAMENTO E RESGATE Estabele-CNES-SC: 2521245 CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE JOINVILLE [Arquivos] PASC2201.dbc PASC2202.dbc PASC2203.dbc PASC2204.dbc PASC2205.dbc PASC2206.dbc PASC2207.dbc PASC2208.dbc PASC2209.dbc PASC2210.dbc PASC2211.dbc PASC2212.dbc PASC2301.dbc PASC2302.dbc PASC2303.dbc PASC2304.dbc PASC2305.dbc PASC2306.dbc PASC2307.dbc PASC2308.dbc PASC2309.dbc PASC2310.dbc PASC2311.dbc PASC2312.dbc</div>						

*Para a definição dos quantitativos considerou-se a série histórica 2022 e 2023 acrescido de 100%.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1. As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: concurso, processo seletivo, licitação e credenciamento.

5.1.1. As modalidades concurso e processo seletivo teriam impacto em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece limites para os gastos com a folha de pagamentos nos municípios. Soma-se ainda a necessidade de implantar estrutura física e tecnológica para a execução dos serviços. A curto e médio prazo, o Município não dispõe de capacidade para implantação de tal serviço especializado, assim, tais alternativas são inviáveis técnica e economicamente;

5.1.2. A terceira possibilidade a ser analisada é a licitação, que consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual a administração escolhe a proposta mais vantajosa; este procedimento se desenvolve através de atos administrativos vinculativos entre o licitante e o poder público oferecendo iguais condições a todos interessados, que desejam contratar com a administração pública. Para o objeto da presente contratação, tal modalidade é totalmente inviável de um único fornecedor ou prestador, o que limitaria a capacidade de contratação e envolveria riscos na manutenção da oferta. Também obrigaria a contratação de todo o quantitativo estimado. Além disso, os valores dos procedimentos já são determinados pelo Ministério da Saúde por meio da Tabela Sigtap/SUS.

5.1.3. Acerca do credenciamento, este consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual todos os interessados que preencham os requisitos do edital podem ser contratados. Tal modalidade tem como vantagem a possibilidade de contratação de vários prestadores para um único objeto, ou seja, contratação paralela e não excludente, onde empresas localizadas em diversas regiões do município se prontificam a realizar os atendimentos pré-hospitalares móveis, facilitando a assistência aos pacientes que necessitem do serviço, bem como alcançar o maior número de participantes para atender a demanda. Esta modalidade de contratação consta descrita no [Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério de Saúde](#) (2017, pag. 40-41).

"(...) No credenciamento todos os interessados em contratar com a Administração Pública são efetivamente contratados, sem que haja relação de exclusão. Como todos os interessados são contratados, não há que se competir por nada, forçando-se reconhecer, por dedução, a inviabilidade de competição e a inexigibilidade de licitação pública.¹⁷ (...)"

¹⁷ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 119 et seq

5.2. Evidencia-se como vantagens da modalidade credenciamento a possibilidade de contratação de vários prestadores, ou seja, contratação paralela e não excludente, a oferta de atendimentos em diferentes pontos de atenção e o fato de não obrigar a Administração contratar todo o quantitativo estimado.

5.2.1 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas e os elementos apresentados em cada opção, demonstra-se de forma inequívoca, que a modalidade de credenciamento universal é a única opção que atende as demandas do município.

5.2.2 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), aprovada pelo Decreto n.º 51.742/2022 (0015231852), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação por meio de credenciamento universal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores dos procedimentos serão os estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Tabela Sigtap/SUS.

6.2 - Não serão concedidos reajustes anuais e pagamento de qualquer sobretaxa;

6.3 - Será concedido reajuste em caso de atualização da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, após a publicação no Diário Oficial da União.

6.4 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os contratados, independente da data de assinatura do contrato.

6.5 - De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 253.884,96 (duzentos e cinquenta e três mil oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme quadro abaixo:

QUADRO I. Procedimento, valor unitário e quantitativo anual.			
PROCEDIMENTO	UNITÁRIO VALOR SIGTAP / SUS	QUANTIDADE ANO	VALOR ANO
0301030065 - ATENDIMENTO PRE- HOSPITALAR MOVEL DE SALVAMENTO E RESGATE	19,81 R\$	12.816	R\$ 253.884,96

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1- Para atender a necessidade da contratação da Administração, que consiste na contratação de **Atendimento Pré-Hospitalar Móvel no município de Joinville** aos usuários do SUS, foram elencadas e analisadas as soluções disponíveis no mercado conforme descrito item 5, demonstrando se que o credenciamento, ao exigir a comprovação prévia da capacidade técnica e operacional, garante a seleção de empresas qualificadas que atendem aos padrões de qualidade e segurança exigidos, minimizando riscos. A flexibilidade para contratação de múltiplos prestadores no credenciamento permite ajustar a oferta de acordo com a demanda, garantindo a cobertura da cidade e evitando a dependência de um único fornecedor. A possibilidade de inclusão de novos credenciados dinamicamente, conforme a demanda evolui, é outra vantagem crucial do credenciamento.

A contratação de prestadores de serviços de saúde para Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de salvamento e resgate exige estrutura complexa, indo além da simples oferta de veículos e equipamentos. É fundamental a disponibilidade imediata de equipes de resgate altamente qualificadas, treinadas em protocolos específicos e com expertise em diferentes tipos de atendimento de urgência e emergência.

Ademais, o credenciamento, ao contrário de outras modalidades licitatórias, não implica uma escolha preferencial por parte da administração, mas sim a seleção de todos os profissionais e entidades que atendam aos requisitos técnicos e legais estabelecidos. Essa característica garante a impessoalidade e a isonomia no processo, além de estimular a concorrência e a qualidade dos serviços prestados.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 – Os serviços deverão ser executados conforme a demanda da CONTRATANTE e a capacidade de atendimento instalada da CONTRATADA no ato do credenciamento.

8.2 - Serão contratados todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no edital. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda.

8.3 - A Programação Físico-Orçamentária (PFO) poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê a inclusão de novos contratados.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Suprir o setor de saúde do município para atender a demanda de atendimento pré-hospitalar móvel de forma complementar ao SUS.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - A Secretaria da Saúde dispõe de servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço a ser prestado, confirmado por meio do acompanhamento dos contratos oriundos do [Edital de Credenciamento nº 440/2022](#), Termo de Contrato nº 385/2023.

10.2 - A Secretaria da Saúde dispõe de sistema que permite acompanhar a execução dos serviços.

10.3 - Serão indicados membros para fiscalização dos contratos. Em atendimento ao princípio da segregação de funções, observar-se-á que os membros da elaboração da fase preparatória não atuam como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes. Ademais, esclarecemos que foi realizada pesquisa nas Atas de Registro de Preços dos Consórcios com o mesmo objeto da presente requisição de compras, porém, não foi possível localizar processo com objeto semelhante que atendessem as especificações técnicas dessa Secretaria de Saúde. Em termos de interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município, ou mesmo o completo atendimento pelo Consórcio do que determina a Lei para a fase preparatória, licitatória e executiva. Ainda, existem questões técnicas de processamento e apresentação da produção para o Ministério da Saúde que, muitas vezes, não são atendidas por meio da adesão de consórcios.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Em relação aos possíveis impactos ambientais, por tratar-se de uma contratação que envolve a utilização de veículos automotores, é de notório saber que os impactos estão atrelados principalmente a emissão de gases no Meio Ambiente (ar). Ou seja, os impactos mais conhecidos são pela emissão de gases poluentes que influenciam no aquecimento global e efeito estufa. Os gases liberados pelos veículos automotores são classificados como poluentes primários, pois transmitem para o ambiente gases como monóxido de carbono, fuligem, óxidos de nitrogênio, óxidos de enxofre, hidrocarbonetos e aldeídos (fonte: [Poluição de carros aumenta problemas respiratórios](#)), o que pode inclusive gerar chuva ácida e problemas respiratório e cardiovasculares nas pessoas.

Medidas mitigadoras - como medida mitigadora, será observado o estado geral do veículo, cabendo ainda ao proprietário o cumprimento das Leis de Trânsito (principalmente o Código de Trânsito Brasileiro) e demais legislação aplicável a espécie (em especial atos normativos do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente), o que visa garantir que os veículos a serem utilizados sigam diretrizes quanto a limites de ruídos e de limites máximos de emissão de poluentes do escapamento.

Importante esclarecer que todos os veículos tipo furgão produzidos no Brasil desde 2012 são obrigados a saírem da fábrica com o sistema de SCR e a utilizar o ARL 32. A norma que prevê isso se chama PROCONVE – Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores. O objetivo da PROCONVE é a diminuição da emissão de NOx, substância altamente poluente, responsável pelo aumento dos casos de asma. ARL 32 é uma solução de ureia de alta qualidade e pureza. É um reagente usado juntamente com o sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR) para reduzir quimicamente as emissões poluentes de óxidos de nitrogênio presentes nos gases de escape dos veículos a diesel, visando o atendimento do programa de controle de emissões.

Em relação aos possíveis impactos ambientais, por tratar-se de uma contratação que envolve a utilização de veículos automotores, é de notório saber que os impactos estão atrelados principalmente a emissão de gases no Meio Ambiente (ar). Ou seja, os impactos mais conhecidos são pela emissão de gases poluentes que influenciam no aquecimento global e efeito estufa. Os gases liberados pelos veículos automotores são classificados como poluentes primários, pois transmitem para o ambiente gases como monóxido de carbono, fuligem, óxidos de nitrogênio, óxidos de enxofre, hidrocarbonetos e aldeídos (fonte: [Poluição de carros aumenta problemas respiratórios](#)), o que pode inclusive gerar chuva ácida e problemas respiratório e cardiovasculares nas pessoas.

Medidas mitigadoras - como medida mitigadora, será observado o estado geral do veículo, cabendo ainda ao proprietário o cumprimento das Leis de Trânsito (principalmente o Código de Trânsito Brasileiro) e demais legislação aplicável a espécie (em especial atos normativos do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente), o que visa garantir que os veículos a serem utilizados sigam diretrizes quanto a limites de ruídos e de limites máximos de emissão de poluentes do escapamento.

Importante esclarecer que todos os veículos tipo furgão produzidos no Brasil desde 2012 são obrigados a saírem da fábrica com o sistema de SCR e a utilizar o ARL 32. A norma que prevê isso se chama PROCONVE – Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores. O objetivo da PROCONVE é a diminuição da emissão de NOx, substância altamente poluente, responsável pelo aumento dos casos de asma. ARL 32 é uma solução de ureia de alta qualidade e pureza. É um reagente usado juntamente com o sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR) para reduzir quimicamente as emissões poluentes de óxidos de nitrogênio presentes nos gases de escape dos veículos a diesel, visando o atendimento do programa de controle de emissões.

Ainda importante mencionar o impacto na produção de resíduos:

* Resíduos sólidos: Provenientes da manutenção das ambulâncias e do descarte de materiais utilizados nos atendimentos, que contribui para a formação de lixo e a contaminação do solo e da água.

* Resíduos perigosos: Materiais biológicos e produtos químicos utilizados nas ambulâncias são considerados resíduos perigosos e exigem um descarte adequado para evitar a contaminação do meio ambiente.

Como ação mitigadora frente a produção de resíduos, está o descarte adequado destes, minimizando assim os impactos ambientais.

O descarte correto dos resíduos gerados em ambulâncias é fundamental para prevenir a contaminação do meio ambiente e proteger a saúde da população. Esses resíduos, em sua maioria, são classificados como resíduos de serviços de saúde (RSS) e exigem um manejo especial.

As etapas do descarte adequado incluem:

1. Segregação:

- **Resíduos comuns:** Papéis, embalagens de alimentos não contaminados, etc.
- **Resíduos infectantes:** Materiais com sangue, secreções, excreções, culturas e outros materiais que possam conter agentes infecciosos.
- **Resíduos perfurocortantes:** Agulhas, bisturis, ampolas de vidro, etc.
- **Resíduos químicos:** Medicamentos vencidos, soluções químicas, etc.

2. Embalagem:

- **Embalagens resistentes a perfurações:** Os materiais perfurocortantes devem ser acondicionados em recipientes rígidos e resistentes a perfurações.
- **Sacos plásticos:** Os resíduos infectantes devem ser colocados em sacos plásticos resistentes, de cor vermelha e com o símbolo de risco biológico.
- **Embalagens originais:** Os resíduos químicos devem ser acondicionados em suas embalagens originais, quando possível.

3. Armazenamento:

- **Local apropriado:** Os resíduos devem ser armazenados em local seguro, seco, ventilado e de fácil acesso para a coleta.
- **Identificação:** Os recipientes devem estar devidamente identificados com o tipo de resíduo e a data de produção.

4. Transporte:

- **Veículo adequado:** O transporte dos resíduos deve ser realizado em veículo coberto, com compartimentos fechados e identificado como veículo transportador de resíduos de serviços de saúde.
- **Acompanhamento de documentação:** O transporte deve ser acompanhado da documentação exigida pela legislação.

5. Tratamento e Destinação:

- **Tratamento:** Os resíduos infectantes e químicos devem ser submetidos a processos de tratamento antes da disposição final.
- **Destinação final:** A destinação final dos resíduos deve ser realizada em locais licenciados e de acordo com as normas técnicas.

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelece as normas para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Sendo de responsabilidade dos credenciados o conhecimento e cumprimento dessas exigências legais, bem como capacitação dos profissionais, aquisição de equipamentos adequados para este processo e parceria com empresas especializadas.

Com o cumprimento dessas medidas, é possível garantir um descarte adequado dos resíduos gerados em ambulâncias, contribuindo para a sustentabilidade e a proteção da saúde pública.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - Ao credenciar uma empresa para realizar atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e emergência, alguns riscos podem estar inclusos, como: Qualidade dos serviços; Falta de capacitação dos profissionais; Infraestrutura e equipamentos em desacordo; Cumprimento de prazos divergentes e ineficientes do necessário; Questões legais e éticas; Reputação da empresa contratada.

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequências:

1. Qualidade dos Serviços: A empresa contratada pode não atender aos padrões necessários de qualidade no atendimento, colocando em risco a vida dos pacientes.

2. Falta de Capacitação: A equipe de socorristas pode não estar adequadamente treinada, o que pode resultar em cuidados inadequados ou até mesmo erros durante os atendimentos.

3. Infraestrutura e Equipamentos: Falhas nas manutenções dos veículos, equipamentos médicos e comunicação podem impactar negativamente a eficiência do serviço.

4. Cumprimento de Prazos: A não observância de prazos para o atendimento pode ser crítica em situações de emergência, afetando a eficácia do serviço.

5. Questões Legais e Éticas: Falhas na conformidade com regulamentações, normas éticas

ou até mesmo questões legais podem trazer complicações para a empresa credenciadora.

6. Reputação da Empresa contratante: Problemas com a empresa contratada podem afetar a reputação da instituição que a credenciou, causando impactos negativos na confiança do público.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

c) **avaliação de riscos** - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Alto.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Impacto: Muito Alto (5)

Classificação: Alto ($2 \times 5 = 10$)

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo

0	Muito Baixo
---	-------------

d) tratamento de riscos - Ao credenciar uma empresa para atendimento pré-hospitalar móvel, reconhecemos os desafios potenciais e aceitamos os riscos inerentes a essa parceria. Contudo, nosso compromisso com a segurança e qualidade do serviço é evidente por meio de ações mitigadoras robustas, realizando medidas que buscam evitar tais riscos.

Torna-se essencial adotar ações práticas e sólidas de gestão de qualidade. Isso inclui estabelecer padrões claros, fiscalização dos serviços prestados, exigir que a empresa mantenha seus profissionais treinados e qualificados, equipamentos, veículos sempre em perfeito estado de funcionamento, além de contrato de serviço detalhado, especificando claramente o esperado, prazos, penalidades por descumprimento.

Ademais, é essencial manter canais de comunicação abertos e eficazes entre a instituição contratante e a empresa contratada para resolver rapidamente quaisquer problemas ou preocupações. A colaboração estreita com as partes interessadas e uma abordagem proativa da identificação e mitigação de riscos também são fundamentais para garantir qualidade do atendimento em situações de emergência móvel.

Ao implementar essas medidas, se fortalece os controles e reduz os riscos associados ao credenciamento, promovendo um serviço de atendimento pré-hospitalar mais seguro e eficiente.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		Trata-se do modelo vigente.
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		

6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante o estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público. Desta forma, conclui-se que a melhor solução encontrada é a contratação de empresas especializadas para prestação para Atendimento Pré-Hospitalar Móvel no município de Joinville para atendimento da demanda dos usuários do SUS, conforme da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, na modalidade de credenciamento.

15. ANEXOS:

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA (PFO)

PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA				
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIGTAP/SUS	VALOR UNITÁRIO SIGTAP/SUSANO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR ANO
ATENDIMENTO PRE-HOSPITALAR MOVEL DE SALVAMENTO E RESGATE	0301030065			

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na.....,/SC, inscrita no CNPJ nº....., por meio de seu representante legal, abaixo firmado, em atenção ao Edital de Credenciamento Universal N° XXX/2024 vem manifestar sua aceitação aos preços praticados no edital, estando ciente que não sendo serão concedidos reajustes anuais.

Joinville,

Nome do responsável:

CPF:

ANEXO III- DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) do C.P.F. n.º, DECLARA que estará disponível, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato, para iniciar o atendimento dos serviços do Edital de Credenciamento nº xxx/20xx, consoante às regras do edital e do Sistema Único de Saúde (SUS), obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais e seguindo as normas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Declara ainda que disporá das instalações e dos equipamentos necessários a perfeita execução do objeto, bem como, manterá no quadro funcional da empresa, a partir da data de início efetivo da prestação dos serviços, o(s) profissional(is) técnico(s) relacionados(s), e que, em caso de dispensa, o(s) substituirá por profissional do mesmo nível e com qualificação compatível, sempre com a ciência prévia da Secretaria da Saúde, para prestação de atendimento aos usuários do SUS, nos termos do Edital. No caso de não substituição do(s) profissional(is), justificará à Secretaria da Saúde os devidos motivos, com a garantia de que a execução dos serviços não será prejudicada, e ciente de que a programação físico-orçamentária (PFO) poderá ser revista.

Relação de profissionais (para preenchimento da empresa):

Nome completo	Categoria profissional e Nº Registro	Especialidade e Nº Registro	Carga Horária Semanal Cadastrada no CNES	Carga Horária Semanal Disponibilizada para o Credenciamento
1)				
2)				
3)				
4)				
5)				
6)				
7)				
8)				
9)				
10)				
Obs: A carga horária cadastrada no CNES não poderá ser inferior à carga horária disponibilizada para o credenciamento.				

Relação de Ambulância de Resgate e Suporte Básico:

Marca / modelo	Placa	CNES
1)		
2)		
3)		
4)		
Cada ambulância deverá contar com: <ul style="list-style-type: none"> • Sinalizador óptico e acústico • Existe comunicação entre a cabine do motorista e o compartimento do paciente • Equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel 		

- Possui instrumento padrão de registro de atendimento
- Possui local adequado para resíduos biológicos com tampa e para perfuro – cortante fixo
- Maca articulada e com rodas
- O veículo possui ar - condicionado funcionando
- As janelas do compartimento do paciente possuem vidros jateados (para não permitir a visualização de fora para dentro)
- Possui luzes externas de segurança funcionando
- Possui luzes no compartimento do paciente
- Possui acabamento interno com material lavável e impermeável
- Possui local para guarda de materiais – (armários)
- Possui cinto segurança para todos ocupantes da ambulância
- Suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída
- Oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi
- Manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação
- Cilindro de oxigênio portátil com válvula
- Maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil (embalado, com data de desinfecção e validade) cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos () sim () não
- Maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação
- Suporte para soro
- Prancha curta e longa para imobilização de coluna
- Talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais
- Colete imobilizador dorsal
- Frascos de soro fisiológico e ringer lactato
- Bandagens triangulares Cobertores
- Coletes refletivos para a tripulação
- Lanterna de mão
- Óculos, máscaras e aventais de proteção e maletas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços
- Material mínimo para resgate, maleta de ferramentas (desencarcerador, tesoura resgate, abridor de boca, cinto aranha, corta anel, etc) e extintor de pó químico seco de 0,8 Kg, fitas e cones sinalizadores para isolamento de áreas, devendo contar, ainda com compartimento isolado para a sua guarda, garantindo um salão de atendimento às vítimas de, no mínimo, 8 metros cúbico

Fonte: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3ed.pdf

Joinville, ____ de _____ de _____.

Atenciosamente,

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO

À

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Joinville

Pelo presente, atendendo ao Edital de Credenciamento de Prestadores dos Serviços de Saúde para Atendimento Pré-Hospitalar Móvel no município de Joinville, código SIGTAP/SUS 03.01.03.006-5, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM SIGTAP/SUS, a empresa xxxxxxxx, inscrita no CNPJ xxxxxx solicita o credenciamento dos serviços especializados para atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por oportuno, declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no Edital de Credenciamento nº xxx/20XX e seus anexos e que temos pleno conhecimento que o deferimento do credenciamento/habilitação se dará após sua análise técnica e legal

Outrossim, declaramos que aceitamos as normas do SUS e a remuneração proposta, a qual será feita exclusivamente com base nos valores expressos na Tabela de Procedimentos e Valores do edital, da qual temos pleno conhecimento.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ Nº da Agência: _____

Nº da Conta-corrente: _____

Para fins de contato, informamos abaixo o endereço de e-mail e telefones:

E-mail: _____

Telefones: _____

Para fins de assinatura do Contrato, informamos abaixo os dados do responsável:

Responsável: _____

CPF: _____ RG: _____

Joinville, ____ de _____ de ____.

Atenciosamente,

NOME DO RESPONSÁVEL:

CPF:

NOME DO ESTABELECIMENTO:

CNPJ:

ANEXO V - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA

Credenciamento de empresas para Atendimento Pré-Hospitalar Móvel no município de Joinville, código SIGTAP/SUS 03.01.03.006-5

Este roteiro é um orientador dos itens que serão verificados durante a visita técnica, porém não limita as exigências previstas nas legislações vigentes, complementares e alterações.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome empresarial:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:		
E-mail:		
Análise documental:		
Quantidade de ambulâncias:		
Ambulâncias devidamente cadastradas no CNES:	() Sim	() Não
Ambulâncias com alvará sanitário vigente:	() Sim	() Não
Responsável técnico inscrito e regular no conselho de classe	() Sim	() Não
Profissionais que atuarão no credenciamento devidamente cadastrados no CNES:	() Sim	() Não
Os profissionais das escalas estão inscritos e regulares nos Órgãos de Classe (quando for o caso):	() Sim	() Não
Observações:		
Equipamentos (por ambulância):		
<ul style="list-style-type: none"> • Sinalizador óptico e acústico () sim () não • Existe comunicação entre a cabine do motorista e o compartimento do paciente () sim () não • Equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel () sim () não • Possui instrumento padrão de registro de atendimento () sim () não • Possui local adequado para resíduos biológicos com tampa e para perfuro – cortante fixo () sim () não • Maca articulada e com rodas () sim () não • O veículo possui ar - condicionado funcionando () sim () não • As janelas do compartimento do paciente possuem vidros jateados (para não permitir a visualização de fora para dentro) () sim () não • Possui luzes externas de segurança funcionando () sim () não • Possui luzes no compartimento do paciente () sim () não • Possui acabamento interno com material lavável e impermeável () sim () não • Possui local para guarda de materiais – (armários) () sim () não • Possui cinto segurança para todos ocupantes da ambulância () sim () não • Suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída () sim () não • Oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi () sim () não • Manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação () sim () não • Cilindro de oxigênio portátil com válvula () sim () não • Maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil (embalado, com data de desinfecção e validade) cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos () sim () não 		

- Maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação () sim () não
- Suporte para soro () sim () não
- Prancha curta e longa para imobilização de coluna () sim () não
- Talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais () sim () não
- Colete imobilizador dorsal () sim () não
- Frascos de soro fisiológico e ringer lactato () sim () não
- Bandagens triangulares () sim () não
- Cobertores () sim () não
- Coletes refletivos para a tripulação () sim () não
- Lanterna de mão () sim () não
- Óculos, máscaras e aventais de proteção e malas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços () sim () não
- Material mínimo para resgate, maleta de ferramentas (desencarcerador, tesoura resgate, abridor de boca, cinto aranha, corta anel, etc) e extintor de pó químico seco de 0,8 Kg, fitas e cones sinalizadores para isolamento de áreas, devendo contar, ainda com compartimento isolado para a sua guarda, garantindo um salão de atendimento às vítimas de, no mínimo, 8 metros cúbicos () sim () não

Fonte: https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3ed.pdf

Capacidade instalada (para estimativa da capacidade instalada, considera-se 1 atendimento a cada 90 min. por ambulância e escala):

Eventuais limitações ou restrições:

Conclusão:

Apto ao credenciamento

()
Sim

()
Não

Equipe responsável pela visita técnica:

Responsável pelo estabelecimento que acompanhou a visita técnica:

ANEXO VI - TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa [Razão/Denominação Social], pessoa jurídica com sede em [Endereço], inscrita no CNPJ com o n.º [Nº de Inscrição], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em virtude de execução contratual poderá, por intermédio de seus profissionais, tomar conhecimento de informações sigilosas constantes de bases de dados do Município de Joinville e, por isso, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste termo de compromisso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Município de Joinville e reveladas à CONTRATADA em razão da execução dos serviços objeto do Contrato nº ____/20__, doravante denominado simplesmente CONTRATO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes no órgão durante a realização dos serviços.
2. A expressão “informações restritas” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: informações em bases de dados ou qualquer outro meio eletrônico, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de munícipes, preços e custos, definições e informações de processos internos, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras, entre outros.
3. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Município de Joinville, das informações restritas reveladas. Também se compromete a não utilizar e nem permitir que diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CONTRATO, informações restritas reveladas.
4. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao Município de Joinville. A CONTRATADA deve identificar esses profissionais da existência deste termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
5. A CONTRATADA declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre os colaboradores envolvidos na execução do CONTRATO os atos normativos relativos a Segurança da Informação praticados no âmbito do Município de Joinville.
6. A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente termo, conforme especificado no instrumento convocatório do processo licitatório que deu origem ao CONTRATO.
7. A CONTRATADA obriga-se a informar, imediatamente ao Município de Joinville, qualquer violação de regras de sigilo estabelecidas neste termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
8. A quebra do sigilo de informações restritas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Município de Joinville, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o Município de Joinville e a CONTRATADA sem qualquer ônus para o Município de Joinville. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Município de Joinville, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
9. O presente termo tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do Município de Joinville.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente termo, a CONTRATADA assina o presente termo por meio de seus representantes legais.

Local, ____ de ____ de 20__.

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Aparecida Rosin, Servidor(a) Público(a)**, em 17/12/2024, às 13:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Ramos dos Santos, Gerente**, em 17/12/2024, às 13:14, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023746023** e o código CRC **F762943C**.

